



Marco Maciel

UMA PAUTA PARA O FUTURO:
O SOCIAL LIBERALISMO DO ANO 2000

**UMA PAUTA PARA O FUTURO:
O SOCIAL LIBERALISMO DO ANO 2000**

*por Marco Maciel
Vice-Presidente da República*

O PFL – HISTÓRIA E FUTURO

O PFL nasceu para viabilizar a restauração da plenitude democrática no Brasil. Fundado em 1984, formou, em coalisão com o PMDB, a Aliança Democrática que permitiu a escolha de Tancredo Neves e a redemocratização do país. Dessa ampla aliança resultaram as eleições diretas para a Presidência da República, a Constituinte de 1987 e a completa autonomia de Estados e Municípios. Dez anos depois de sua constituição, em aliança com o PSDB, formou a coligação “União, Trabalho e Progresso” que possibilitou a eleição de Fernando Henrique Cardoso e o movimento de modernização institucional, com o qual o Brasil se prepara para afrontar os desafios de um novo século. Os objetivos políticos do Partido, no entanto, não se fundamentam somente nas conquistas do passado. Eles se assestam, sobretudo, na luta política do presente e na busca de soluções para o futuro.

Com esse objetivo, o PFL se declara o depositário da tradição liberal brasileira que, no Império, opondo-se aos conservadores, lutou pela descentralização política e administrativa, pela

implantação do federalismo, pela ampliação das liberdades públicas, pelo voto direto e pelo fim da escravidão. A mesma tradição que, na República, reunida sob a bandeira da Aliança Liberal, levantou-se pelo sigilo do voto, pela criação da Justiça Eleitoral, pelos avanços sociais e pela industrialização do país. Hoje, materializadas essas conquistas, nossos compromissos se voltam para o advento de uma nova concepção doutrinária que, fiel a essa tradição de luta pela Liberdade, quer ampliar suas garantias revestindo-a do requisito fundamental da Igualdade de oportunidades para todos, sem distinção de raça, credo, cor, origem, convicção, riqueza ou postura.

O que o PFL pretende, ao oferecer à Nação um projeto político para o futuro, é mais do que aprimorar as instituições, erradicar a miséria e banir as desigualdades. Buscamos uma sociedade em que a igualdade de oportunidades seja o fundamento da liberdade individual. Em que a ampliação e a garantia da liberdade sejam o objetivo das instituições políticas. E, finalmente, em que as instituições políticas do Estado estejam a serviço da cidadania e dos interesses coletivos.

Pretendemos consolidar e ampliar as conquistas jurídicas, econômicas e sociais da sociedade brasileira, resgatando a dignidade perdida pela extensão da miséria, pelo agravamento das desigualdades e pela exclusão dos que foram marginalizados pelas práticas que colocaram o Estado acima dos cidadãos, o Governo acima da Sociedade e os privilégios acima dos interesses coletivos.

Só assim seremos capazes de superar os desafios com que ainda nos deparamos, preparando Brasil para um novo século em que a competição, as conquistas científicas e o progresso social vão exigir um salto qualitativo na busca da realização individual, para que todos possam desfrutar dos benefícios do progresso, da superação das fronteiras e da universalização da Ciência.

1. O Social Liberalismo do Ano 2000

O Projeto que permitirá concretizar as aspirações do social liberalismo exige do PFL preparar-se para esse futuro que se avizinha, ampliando as suas bases sociais, disseminando sua doutrina e conquistando adeptos, militantes e aliados capazes de dar conteúdo programático à sua ação, lastro político à sua atuação e respaldo eleitoral ao seu desempenho. O Projeto PFL 2000, portanto, é mais do que um programa que permita ao Partido adaptar-se à conjuntura da disputa política, dos confrontos eleitorais e dos embates doutrinários. Sobre todas essas questões, o que se pretende é um compromisso ético oferecido à sociedade brasileira, segundo o qual os integrantes do PFL assumem a responsabilidade de atuar, em busca de objetivos materializáveis e conseqüentes que constituem, para todos os seus simpatizantes, a pauta do futuro.

2. Liberdade como Princípio e a Igualdade como Fim

Liberdade com Igualdade é o requisito essencial para que todo cidadão possa buscar, sob o amparo de instituições livres, justas e eficientes na proteção das garantias jurídicas, dos direitos econômicos e das prerrogativas sociais, a sua própria felicidade. A igualdade de oportunidades não impõe que todos busquem os mesmos fins. Ao contrário, permite que cada um escolha o seu próprio caminho, atinja os seus próprios objetivos e desfrute do patrimônio coletivo de bens culturais e de conhecimento científico colocado à disposição de todos, da maneira que melhor lhe aprouver. Isto exige uma sociedade solidária, coesa e sem exclusões, em que o Estado, o Governo e todas as formas de Poder e de Autoridade, públicas ou privadas, assumam a responsabilidade moral por todos os seus atos, para que

ninguém seja excluído do império da lei, das obrigações do Direito e das decisões da Justiça. De acordo com essa concepção, o Estado é o mandatário que, em nome da Sociedade, garante a justiça, coíbe os abusos, pune os infratores e assegura a iniciativa e a liberdade individuais, incentivando o progresso, distribuindo a riqueza e estimulando a criatividade.

3. Social Liberalismo e a Participação como Instrumento

Para que possamos viver numa sociedade democrática e livre, a democracia real das instituições deve substituir a democracia formal das organizações. O mal das democracias de massa contemporâneas, contra a qual se insurgem os eleitores em todo o mundo, é que os instrumentos de sua gestão, como governos, sindicatos e corporações perdem legitimidade, na medida em que são administrados autoritariamente. Só com instituições que atuem democrática e legitimamente se pode gerir, de forma democrática, as grandes sociedades contemporâneas, organizadas politicamente sob a forma de Estados soberanos. A administração democrática dessas organizações pressupõe a temporariedade de suas direções, a transparência de suas eleições e a publicidade, o controle e a fiscalização de suas gestões.

Por esta razão os liberais do PFL defendem o princípio de que o Governo e Administração, manifestações delegadas do Estado e instrumentos de sua atuação, devem estar não apenas a serviço do homem como eleitor, mas de todos os cidadãos, como contribuintes e como consumidores.

Para compatibilizar esse novo Estado com a Democracia participativa que defendemos, advogamos o princípio de que o Federalismo Republicano, reforçado pelo plebiscito de 21 de abril, deve se assentar no princípio de que, nada que possa ser feito mais eficientemente, a nível local,

seja feito ou atribuído aos Estados. E nada do que possam fazer com igual eficiência os Estados, deve ser feito ou atribuído à União. Quanto mais próximo estiverem do cidadão a autoridade e o processo decisório, mais democráticas serão as instituições políticas, na medida em que mais facilmente se poderão implantar a auditoria, o controle e a sanção de seus atos e omissões.

Cabe também destacar que a crescente informatização da sociedade tornará viável a prática da democracia participativa ao propiciar, necessariamente (inclusive pelo barateamento de seu custo), novas formas e modalidades de intervenção do corpo de eleitores nas decisões coletivas, por intermédio de instrumentos como o plebiscito e o referendo.

4. O Cidadão Enquanto Eleitor, Contribuinte e Consumidor

De acordo com a concepção conservadora do poder, a cidadania é apenas um conjunto de direitos que o Estado concede ou reconhece a seus naturais. Para o humanismo liberal, mais que um direito, a cidadania é um conjunto de atributos de todo ser humano. Como direito, a cidadania pode ser ampliada ou restringida, reconhecida ou negada, concedida ou cancelada. Como atributo, a cidadania prescinde do reconhecimento do Estado.

A sociedade política nem se exprime nem se esgota no corpo de eleitores capazes de decidir, periodicamente, quem governa e com que poderes governa. Na sociedade que queremos edificar, o cidadão não é apenas o eleitor. É, também, o contribuinte e o consumidor. Estas duas condições, portanto, não se dissociam da cidadania e devem ser plenamente exercida por todos, sejam ou não eleitores.

Como consumidor, todo cidadão tem o direito de ser protegido contra qualquer forma de abuso, por ação ou

omissão, que lese o seu patrimônio, atinja a sua boa-fé ou frustre as suas justas expectativas.

Como contribuinte, nenhum cidadão pode estar sujeito ao arbítrio do fisco, às injustiças do sistema tributário e à ineficiência da justiça fiscal.

5. **Sociedade e Solidariedade**

Segundo a concepção liberal do poder, o conjunto da Sociedade é sempre mais importante que o Estado: este deve estar a serviço da Sociedade e submetido a seu controle. Para isso, os Governos e toda e qualquer autoridade devem ser a emanção legítima de uma sociedade democrática, equilibrada e justa. Sociedade solidária significa sociedade em que ninguém é marginalizado ou excluído das garantias jurídicas, dos benefícios sociais e dos direitos econômicos gerados por toda a coletividade.

Sociedade justa é aquela em que todos assumem, segundo o poder e as possibilidades de cada um, os encargos dos benefícios que devem ser repartidos, para que não haja segregados, discriminados ou marginalizados. E sociedade equilibrada é a que não admite extremismos ou soluções violentas para os problemas, por mais graves que eles sejam.

6. **A Sociedade da Informação, Educação, Cultura e Lazer**

A internacionalização da economia, o surgimento de blocos econômicos regionais e movimentos migratórios em escala internacional parecem caracterizar o novo século que se aproxima. Essas transformações tornam obsoletos os conceitos que marcaram, no século XX, o desenvolvimento do espírito das nacionalidades e as rivalidades entre as Nações.

O processo de produção sofrerá não apenas mudanças geradas pelo surgimento de novos métodos administrativos e gerenciais, mas sobretudo transformações qualitati-

vas representadas pela crescente importância do setor financeiro e de prestação de serviços, decorrente da elevação dos padrões mundiais de educação, cultura, lazer e informação.

É possível prever, desde logo, o impacto que apresentará, para o processo produtivo em cada país, o aumento simultâneo da expectativa de vida, dos padrões educacionais, da diminuição do número de horas trabalhadas, do aumento do lazer, e da universalização da produção cultural e do conhecimento científico. Um número cada vez maior de pessoas terá acesso não só a novas formas de educação continuada e permanente, mas também a novos conhecimentos por força de novas tecnologias no setor produtivo, e da disseminação generalizada de informações paralelas ao processo educativo formal. A formação do capital intelectual será, pois, decisiva.

7. O Futuro e o Desafio Político

As conseqüências dessas mudanças, no campo político, são virtualmente imprevisíveis. A grande dúvida é se poderemos administrar, no século XXI, sistemas políticos extremamente complexos com instituições criadas, na maioria dos países ocidentais, no século XVIII.

A transformação do processo produtivo e as mudanças sociais e políticas vão implicar, necessariamente, profundas alterações na estrutura, na concepção e na aplicação do Direito.

O Brasil, com graves problemas de exclusão da cidadania, baixos padrões de desempenho social e enormes disparidades, precisa projetar o seu futuro, elaborar um projeto nacional de desenvolvimento harmônico e equilibrado e preparar-se para novas formas de competição que tendem a se acentuar com o advento do novo século.

O Partido deve preparar-se para a discussão criativa desses novos desafios.

8. As Opções Brasileiras e o PFL

No século XX, o Brasil conseguiu uma performance extraordinária, quer sob o ponto de vista quantitativo, quer sob o ponto de vista qualitativo.

De uma sociedade virtualmente sem classes, nos transformamos numa sociedade de massas, complexa e dotada de enorme mobilidade social, com crescente poder de mobilização. A diversidade étnica, cultural, religiosa e regional de que nos orgulhamos e que constitui uma de nossas grandes vantagens comparativas em relação a outros países é fruto exatamente dessa extraordinária mescla de miscigenação e integração.

A despeito de inúmeras e significativas conquistas, aumentamos muito, em termos absolutos, as nossas carências. Temos hoje mais analfabetos, em termos absolutos, do que no início do século. Os problemas decorrentes da falta de infra-estrutura adequada e o número de mortos por doenças endêmicas e o de vítimas de doenças que podem ser prevenidas com nutrição, vacinas e medidas profiláticas são maiores do que no fim do século XIX. O número de habitantes fragilizados a cada ocorrência do fenômeno da seca é muitas vezes maior do que os que foram vítimas do fenômeno em todo o século anterior. A violência do trânsito, da criminalidade em geral e do crime organizado ceifam mais vidas do que o crescimento vegetativo da população brasileira no início do século.

Esses angustiantes contrastes, para os quais não encontramos ainda *remédios eficazes*, só deixam ao Brasil duas opções: ou aprimoramos as instituições, modernizamos a sociedade e conquistamos novos padrões dignos de sobrevi-

vência para todos, ou perderemos, no próximo século, um maior número de oportunidades do que neste já desperdiçamos.

9. O PFL e as reformas

A realização das reformas institucionais propostas pelo atual governo representam um passo decisivo no caminho da modernização. A da Previdência, para exemplificar, deve buscar viabilizar o futuro de uma instituição essencial como é a seguridade social. A do sistema tributário deve visar preparar o Brasil para um novo Federalismo. Uma são urgentes, outras prioritárias, mas todas são essenciais.

Não podemos esquecer, contudo, que as reformas econômicas e sociais que estão sendo encaminhadas ao Congresso não esgotam a pauta da agenda de modernização do Brasil. Não haverá sistema econômico racional e sistema social justo sem um sistema político eficiente. Por isso, o PFL defende que é preciso complementar as reformas econômicas e as transformações sociais, com mudanças substanciais no sistema político, aí incluídos o sistema eleitoral, o sistema partidário e o sistema de governo que inclui os três Poderes da República e abrange igualmente as três esferas de poder: federal, estadual e municipal.

10. O PFL e o aperfeiçoamento do sistema político

O Brasil do século XX sofreu uma sucessão de crises político-institucionais: O País conviveu com nada menos de sete Constituições e mais de três centenas de normas de hierarquia constitucional. Entre 1930 e 1934, entre 1937 e 1945 e entre 1964 e 1978, vivemos regimes de excepcionalidade política, em que o Estado de Direito sucumbiu à realidade de conjunturas políticas autoritárias.

Movimentos armados e insurreições de toda natureza marcaram tanto a República Velha, quanto as que a sucederam, denunciando o caráter latente das insatisfações com o regime político. A segunda metade do século foi marcada por deposições, impedimentos, suicídio, renúncia e “impeachment”, numa sucessão sem paralelo de conflitos que entremearam as crises de longa duração.

As nossas instituições políticas são frágeis, desfrutam de baixa legitimidade e estão sujeitas a intermitentes reformas, incapazes de debelar as crises, amainar a insatisfação e resolver conflitos. A cada governo se sucedem alterações na sua estrutura e composição prejudicando a continuidade administrativa e a eficiência gerencial. Urge, portanto, reformá-las, adaptá-las, modernizá-las e dar-lhes o requisito essencial da eficácia.

A emenda constitucional que reduziu o mandato do Presidente da República para quatro anos representou uma conquista na simultaneidade das eleições para Presidente da República e Governadores com as do Congresso Nacional e Assembléias Legislativas e na unificação dos pleitos que agora se reproduzem a cada quatro anos, com intervalos de igual período, para as eleições municipais. Resta ainda pensarmos em novos critérios de representação para aumentar o grau de legitimidade do mandato popular. É preciso conjugar a racionalização do sistema eleitoral com processos já em uso em outras democracias, como, por exemplo, introdução da cláusula de desempenho eleitoral mínimo que minora os efeitos da pulverização partidária e a adoção de listas fechadas, no todo ou em parte, requisito básico para a existência de um verdadeiro e operativo “sistema” partidário. Acabar com o diletantismo das disputas eleitorais, através de períodos mais amplos de filiação partidária é outra das condições essenciais para a estabilidade do sistema. No rol dessas propostas não se pode deixar de discutir a questão vital do financiamento transparente dos partidos, das campanhas eleitorais e das eleições com a adoção de métodos que eliminem as fraudes.

O processo legislativo, por sua vez, terá que ser aprimorado, em face da crescente complexidade do universo regulado pela legislação ordinária. Da mesma forma é preciso racionalizar o conteúdo da legislação, de forma a sistematizá-la, tornando-a acessível a todos e não apenas aos iniciados. Profusão de leis conflitantes não apenas ajudam a multiplicar o recurso ao Judiciário, como criam autênticos vazios que dificultam a fiscalização e estimulam a fraude.

O sistema político, porém, não se esgota no aprimoramento do processo eleitoral e partidário. É indispensável fortalecer o Executivo, no sentido de adequá-lo à sua função reguladora, de fiscalização e de prevenção, tanto na área econômica quanto na área social. Um corpo qualificado de funcionários, legitimizado pela universalização do processo de recrutamento, constitui um requisito vital para que a Administração perca o seu caráter de improvisação e se revista dos requisitos da agilidade e da eficiência.

Da mesma forma, a estrutura, o funcionamento e as práticas do Poder Judiciário têm que ser revistas, para se conseguir o ideal democrático de uma prestação jurisdicional ágil, acessível a todos e rápida. É indispensável um Estado permanentemente aparelhado para aumentar a cooperação internacional, no que diz respeito à prevenção e repressão do crime organizado em escala internacional.

A renovação das instituições políticas requer um esforço adequado na estruturação de um novo Federalismo. Os laços de colaboração e interdependência entre Municípios e Estados e entre Estados e União terão que ser estreitados com formas inovadoras para a solução dos interesses comuns em matéria de cooperação política, colaboração administrativa e auxílio técnico.

11. O Brasil e sua presença no cenário internacional

A inserção do Brasil no cenário internacional não se esgota na abertura da economia, no aumento do nosso comércio externo, nem no vitorioso processo de integração representado pelo Mercosul. A possibilidade de um acordo de integração entre a Comunidade Européia e o Mercosul e de formação de um livre mercado continental são metas que exigem esforço, mas que, nem por isso, devem estar fora dos nossos horizontes.

No entanto, há uma nova forma de inserção brasileira nos mercados internacionais que vem se concretizando à revelia da vontade do poder público. Nas últimas décadas, o Brasil se transformou de um país de imigração, que sempre foi, em um país de emigração. Pelo menos um milhão de brasileiros vive e trabalha hoje no exterior.

As grandes migrações já não podem ser controladas pelos governos, como demonstram os exemplos recentes na Europa, nos Estados Unidos e no Oriente. Os movimentos de massa tendem a se incrementar, seja por razões econômicas, seja por motivos políticos ou religiosos. A busca por melhores padrões de bem-estar é uma decorrência da universalização do conhecimento e da informação.

A existência de tantos brasileiros no exterior demonstra que a internacionalização dos nossos interesses está se processando mais rapidamente do que se supõe. Hoje temos que zelar não somente pelos interesses políticos e econômicos, de empresas e instituições, mas também por aqueles étnicos e de nacionalidade.

Em face dessa realidade, o processo de inserção do Brasil no cenário internacional tende a se tornar bem mais complexo e exige do poder público aparelhar-se para essa nova conjuntura.

Temos que nos preparar, no século da internacionalização da economia, da cultura e da ciência, para um novo cenário em que cooperação será um conceito chave. A cooperação será necessária para a arquitetura de um sistema financeiro internacional capaz de afrontar crises e riscos. Nessa ordem de idéias é indispensável adotar mecanismos que neutralizem possíveis efeitos desestabilizadores dos fluxos de capital e que controlem as migrações de fundos indesejáveis oriundos do narcotráfico, do tráfico ilegal de armas e da pirataria internacional. Isto exigirá estabilidade da moeda, poder de decisão sobre os fatores de produção internos e instituições financeiras fortes e impermeáveis aos riscos da aventura especulativa.

12. O sistema econômico e o meio ambiente

À medida que cresceu de complexidade, o sistema produtivo brasileiro aumentou também o risco representado por taxas negativas de crescimento, diminuição do poder aquisitivo e o ingresso no ciclo desafortunado da inflação que só agora começamos a domar. O efeito mais perverso foi o aumento quantitativo da pobreza, da marginalização social e da concentração de renda que são os aspectos mais negativos da sociedade brasileira contemporânea.

O processo de reforma e modernização econômica que ora se inicia gera expectativas de reversão desse quadro, em que a queda da inflação, em virtude do Plano Real, proporciona melhorias sensíveis para a grande massa de assalariados.

No entanto, quer sob o ponto de vista econômico, quer sob o aspecto social, o Brasil continua um país vítima de um terrível dualismo, cuja superação requer um notável e conjugado esforço de articulação entre o Estado e a Sociedade.

No século XXI, é possível antever alguns traços característicos do setor produtivo. Em primeiro lugar, a velocidade da informação, a complexidade dos equipamentos, o barateamento dos custos de transportes de mercadorias e passageiros, a convicção de que os recursos naturais são finitos e devem ser preservados, os padrões de qualidades e a engenharia ambiental. Difícil, porém, é reverter a tendência atual do aumento do desemprego e do sub-emprego urbano. O grau crescente, frise-se, de internacionalização da economia e do sistema produtivo, trará, pelo menos a médio prazo, o agravamento dessas condições. A competição pelos mercados será cada vez maior e exigirá maior qualidade, mais especializações e rapidez de decisões.

Nessas condições, não é difícil imaginar que a preservação dos recursos naturais com um meio-ambiente equilibrado e racionalmente explorado, a reciclagem e a reutilização de matérias-primas, e a exploração não-predatória dos recursos naturais renováveis serão exigências mínimas para o sucesso de uma nova ordem econômica em que educação, informação e qualificação serão requisitos básicos de um conceito que é chave nesse contexto: competitividade.

Para enfrentar esses desafios, o Brasil deverá contar com um poderoso mercado interno na medida em que o seu padrão econômico se aproximar das médias mundiais e permitir a integração ao consumo de milhões de pessoas hoje colocadas à margem desse processo. Teremos, para esse fim, que priorizar os investimentos no trinômio Educação, Ciência-Tecnologia e Cultura, além de modernizar as relações econômicas e sociais do trabalho.

As pequenas e médias empresas podem, num ambiente de estabilidade e com apoio e incentivo adequado, ter um protagonismo relevante nesse contexto.

13. O Liberalismo e a participação social

Os trabalhadores desempenharão um papel essencial nas transformações necessárias à modernização do sistema produtivo. Os instrumentos de representação de empresários e trabalhadores terão que ser cada vez mais autênticos e legítimos como interlocutores sociais do governo. A integração do trabalhador na vida e no desempenho da empresa será vital para a questão de modernizar as relações de trabalho, a garantia do emprego e os ganhos de produtividade.

O setor de serviços e o setor financeiro serão cada vez mais importantes, especialmente no Brasil, durante o próximo século. Atividades como lazer e turismo, por exemplo, devem crescer na medida da ampliação do aumento do poder aquisitivo da população, da melhoria do sistema de transportes, da diminuição de seus custos e do aumento da velocidade da informação em todo o mundo.

União, Estados e Municípios terão que se articular para evitar o turismo predatório, a perda de qualidade do meio-ambiente e, ao mesmo tempo, planejar o crescimento ordenado de cidades e conglomerados urbanos, tendo em vista o fenômeno da conurbação.

Todo esse processo, contudo, exigirá investimentos programados de longo prazo em setores estratégicos como energia, portos e aeroportos, comunicações, transportes, qualificações de mão de obra especializada e produção cultural.

Economia estável, regras claras e transparentes, fiscalização intensiva e poder de polícia para coibir abusos, além de um sistema nacional de proteção do meio ambiente e de defesa do consumidor, com funcionamento eficiente do aparelho judicial, são requisitos essenciais para um ambiente sócio-econômico sadio e competitivo.

14. Social Liberalismo e as novas gerações

Nenhum esforço de erradicar o analfabetismo será eficaz no Brasil, se não enfrentarmos as causas da insuficiência na escolarização da infância e da adolescência. Para isso, não basta garantir escolas para todos. É essencial fazermos desaparecer as questões acessórias que contribuem para esse quadro: a miséria, a marginalização, o ingresso prematuro no mercado de trabalho, por motivos de ordem econômica, e a falta de condições de sobrevivência.

Este ideal estará tão mais próximo de nós, quanto mais intensamente investirmos nos processos modernos de disseminação do conhecimento, do ensino, da cultura e da informação. A educação deverá ser, cada vez mais, um processo contínuo, permanente e globalizado exigindo um constante "aggiornamento" do conhecimento científico e da qualificação em todas as áreas do conhecimento. Para isso necessitamos de boas escolas e de excelentes Universidades. A globalização do conhecimento e o caráter continuado do aprendizado não dizem respeito aos alunos, mas também aos professores, técnicos e cientistas capazes de lidar e desenvolver nova modalidade da extensão universitária para todos, são elementos indissociáveis de um mesmo trinômio vital para a modernização do país.

Como o conhecimento não conhece fronteiras e a dinâmica da vida moderna torna a informação acessível a todos, a qualquer hora, dentro e fora da escola, não podemos ter currículos fechados, carreiras estanques ou disciplinas estáticas. Por isso a pesquisa é indissociável do ensino. A Universidade precisa, para tanto, retomar a sua vocação universalista de indagação e dúvida, de inquietações e de permanente renovação, sem que tenha a pretensão, por isso, de ser auto-suficiente e exclusivista.

Para tanto, é indispensável repensar a política cultural, sem a qual a Educação não prospera, o conhecimento não progride e a ciência não vence as suas próprias fronteiras. Museus, bibliotecas, laboratórios, teatros e centros de

produção cultural, de experimentação artística, de música e de todas as formas de manifestação cultural não podem continuar a ser acessíveis apenas a uma elite, ou instituições fechadas e estáticas que servem a um pequeno grupo de iniciados ou usuários. Devem estar a serviço da sociedade e atrair a todos, permitindo ampliar o interesse dos jovens e permitir a inserção social da terceira idade, num século em que o lazer será uma exigência do progresso, em todos os sentidos.

A superação do velho preconceito que procurava dividir a escola em pública e privada, noção a ser substituída pelo conceito de “escola única”, de um mesmo padrão de qualidade e excelência, contribuirá para evitar que se continue a separar a medicina pública da medicina privada e auxiliará a compreender a correta relação entre medicina preventiva e curativa. Sistemas de saúde eficientes e adequados exigem a presença atuante do setor público, a qual não significa ineficiência, e a participação do setor privado, que não deve representar especulação. O entendimento do liberalismo social é que profissionais e usuários têm um papel vital a desempenhar na melhoria da qualidade e do padrão de assistência médica, quer na prevenção, quer na cura. Deve-se assegurar, de um lado, poder de decisão e adequadas condições de trabalho aos profissionais e, de outro, a satisfação do usuário, que necessita cuidados, atenção e competência.

Os progressos da Medicina no século XXI tornarão exequível a erradicação de algumas doenças endêmicas que ainda assolam o Brasil, por seus baixos índices sociais e, ao mesmo tempo, deverão permitir o surgimento de novos horizontes hoje ainda inimaginados, em decorrência dos avanços da engenharia genética. A melhoria dos padrões econômicos, a generalização de benefícios em matéria de tratamento de água e esgotos e o fornecimento de energia acessí-

vel a toda a população terão como resposta a diminuição dos índices de mortalidade geral, de mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida. Com as transformações no perfil etário da população brasileira, governo e sociedade deverão dar atenção ao segmento da terceira idade, para que a maior longevidade não signifique para idosos e aposentados o fim da vida socialmente ativa.

Estas medidas de proteção e integração social devem abranger toda a sociedade, com especial atenção aos grupos mais vulneráveis, como crianças, adolescentes e em especial os portadores de qualquer tipo de deficiência.

Com esse fim, é preciso promover o pleno emprego, como forma de materializar o direito ao trabalho, permitindo a todos os homens e mulheres meio de vida seguro e protegido, inclusive através de mecanismos como o seguro-desemprego. Isto significará a proteção adequada aos demais direitos humanos, inclusive banindo-se da sociedade todas as formas de discriminação, com tolerância e respeito pela diversidade, pela igualdade de oportunidades para todos e pela solidariedade.

15. Social Liberalismo e a Participação das Minorias

A nossa política social deverá, por sua vez, adotar medidas eficazes de pleno respeito pela dignidade da mulher, dos indígenas e demais grupos minoritários, como forma de reconhecer e garantir sua participação na vida política, econômica social e cultural. Participação significará, para todos, fim de práticas discriminatórias como desigualdade de salários e reconhecimento pleno de suas diferenças.

Com tais objetivos, deveremos praticar em nossas políticas e programas, o conceito de desenvolvimento social integrado, formulado pela Cúpula do Homem, realizada

em Copenhague, sob o patrocínio da ONU: “Desenvolvimento social e justiça social são indispensáveis para a consecução e manutenção da paz e da segurança entre e dentro das nações. Em contrapartida, o desenvolvimento social e a justiça social não podem ser alcançados na ausência da paz e segurança ou de respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais”.

Consideração Final

Em assim procedendo, estaremos buscando conferir identidade programática ao PFL e contribuindo para consolidar o Estado partidário brasileiro, pois o nosso liberalismo, antes de ser um programa político e uma doutrina sócio-econômica, é sobretudo uma atitude de vida. O verdadeiro liberal sabe, enfim, que a atividade política, por aliar pensamento à ação, exige conviver com a controvérsia e, portanto, deve ter sua proposta sempre aberta ao debate e ao confronto de idéias.

Brasília, 7 de março de 1995

Marco Antonio de Oliveira Maciel

INSTITUTO TANCREDO NEVES

Diretor Presidente: Deputado Ney Lopes

Membros da Diretoria: Senador Hugo Napoleão
Deputado Inocêncio Oliveira
Deputado João Melão Netto
(Diretor Secretário)
Deputado Manoel Castro
(Diretor Tesoureiro)
Cláudio Lembo
(Diretor de Atividades Culturais)

Assessoria Executiva: Romero Azevedo
(Coordenador de Administração)
Mauro Salles
(Coordenador de Eventos)
Socorro Vasconcelos Lima
(Coordenadora de Secretaria)

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

ELEITA EM 26.9.93, MODIFICADA PELO
DIRETÓRIO NACIONAL EM 29.11.94 E PELA
ELEIÇÃO DE NOVOS LÍDERES EM 1º.2.95:

Presidente:	Ministro Jorge Bornhausen
Primeiro Vice-Presidente:	Deputado José Jorge
Segundo Vice-Presidente:	Senador Odacir Soares
Terceiro Vice-Presidente:	Dep. José Santanna de Vasconcellos
Secretário-Geral:	Deputado Eraldo Tinoco (Licenciado)
Primeiro Secretário:	Deputado Vilmar Rocha
Segundo Secretário:	Senador Lourival Baptista
Primeiro Tesoureiro:	Deputado Cesar Bandeira
Segundo Tesoureiro:	Deputado Osório Adriano Filho
Líder na Câmara:	Deputado Inocêncio Oliveira
Líder no Senado:	Senador Hugo Napoleão
Vogais:	Senhor Henrique Almeida Deputado Werner Wanderes Deputado Antonio dos Santos Senhor Jesus Tajra Senhor Alacid Nunes
Suplentes:	Senhor Ivânio Guerra Deputado Ney Lopes Deputada Marilu Guimarães Senhor Nelson Morro.

DOCUMENTO Nº 3
Uma Pauta para o Futuro
Marco Maciel
Junho de 1995

Contribuição ao LIVRO DO PFL



INSTITUTO TANCREDO NEVES
Senado Federal - Anexo I - 26º andar
CEP 70160-900 - Brasília - DF